

UGT e CGTP desafiam PS a alterar já contratos a prazo

O Bloco não quis esperar e avançou com alterações aos contratos a prazo. PS e Governo concordam com as medidas mas não com a sua oportunidade. Entre os parceiros, as opiniões dividem-se: sindicatos querem já as alterações enquanto patrões lembram os compromissos do ministro.



Miguel Baltazar/Negócios



Catarina Almeida Pereira catarinapereira@negocios.pt |

Manuel Esteves mesteves@negocios.pt

07 de junho de 2017 às 00:01

O facto de o Governo se ter comprometido a avançar para a negociação de um acordo em concertação social com as confederações patronais não deve travar a aprovação imediata das propostas que o Bloco de Esquerda leva ao Parlamento. É a opinião da CGTP, mas também da UGT, que assinou o acordo tripartido.

O Parlamento discute esta quarta os diplomas marcados pelo Bloco, através de um agendamento potestativo, que, ao contrário do que tem

acontecido, coincidem parcialmente com as matérias que constam do Programa do Governo, na medida em que limitam a aplicação de contratos a prazo a jovens à procura de primeiro emprego e desempregados de longa duração ou que estabelecem a revogação do banco de horas individual. A intenção do BE é que os diplomas sejam votados ainda antes das férias.

Embora o PS concorde com o teor das propostas do Bloco, estas não deverão ser viabilizadas para já por duas razões: primeiro porque o Governo tem um compromisso com as confederações patronais no sentido de não mexer na legislação laboral este ano. Em segundo lugar porque o ministro do Trabalho Vieira da Silva prefere concentrar na mesma data todas as alterações à legislação laboral.

"As propostas devem ir à concertação social. [Mas] se vão no sentido das nossas propostas então devem ser aprovadas o mais rapidamente possível. Já deviam ter sido."

SÉRGIO MONTE,
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA UGT

Talvez por isso, a principal confederação patronal não se mostra preocupada com a iniciativa dos bloquistas. "Não antevejo este ano qualquer alteração à legislação laboral", disse António Saraiva ao Negócios, revelando-se "tranquilo" com o que possa acontecer.

"Independentemente da iniciativa do partido A ou do partido B estou convencido que o Governo honrará o seu compromisso de discutir previamente com os parceiros sociais qualquer alteração à legislação laboral", acrescenta o presidente da CIP.

No acordo tripartido subscrito pelo Governo acabou por ficar escrito que 2017 é um ano para "discutir" uma "avaliação integrada e partilhada do quadro laboral, com vista à celebração de um acordo subsequente" dedicado a estas matérias.

E da parte do Governo, a mensagem é de que não há pressa. Quando apresentou o Livro Verde das Relações Laborais, que faz o diagnóstico do mercado de trabalho, Vieira da Silva não respondeu se as medidas avançam em 2018, dando a entender que não tem pressa. "Quando estamos a trabalhar com base na busca de um consenso os tempos têm de levar em linha de conta as exigências desse processo negocial. Não colocamos aqui uma espécie de guilhotina: 'Ou há consenso até ao dia x às tantas horas ou não há consenso nenhum'", ilustrou o ministro a 29 de Março.

Deve o Governo esperar por esse acordo antes de aprovar as propostas? A UGT, que viabilizou o acordo tripartido que prevê que essa negociação sobre matérias laborais seja feita ao longo de 2017, entende que uma coisa não deve travar a outra.

"As propostas devem ir à concertação social. [Mas] se vão no sentido das nossas propostas – limitar os contratos a termo, que devem ser uma situação de excepção, fim do banco de horas individual – então devem ser aprovadas o mais rapidamente possível.

Já deviam ter sido", responde ao Negócios Sérgio Monte. O secretário-executivo da UGT considera, aliás, que as propostas poderiam ir mais longe, incluindo a penalização das empresas com

mais rotatividade, uma medida que tem sido posta em cima da mesa mas que também não tem data para avançar.

Arménio Carlos, da CGTP, tem defendido a legitimidade do Parlamento para avançar com alterações, também acha que o Governo deve "assumir as suas responsabilidades". O Parlamento "tem o direito de aprovar o que entender. O que não implica que não se oiça os parceiros, para isso é que há audições públicas".

TOME NOTA

Alterações discutidas hoje

As alterações em cima da mesa dizem respeito à contratação a prazo e ao banco de horas e adaptabilidade.

Limitações aos contratos a prazo

O Bloco de Esquerda quer limitar os contratos a prazo por várias vias: impedindo que estejam justificados para jovens à procura de primeiro emprego e desempregados de longa duração (como prevê o Programa do Governo); acabando com a possibilidade das novas empresas poderem contratar a termo durante dois anos quando abrem estabelecimentos, a não ser que tenham até 10 trabalhadores (em vez de 750); e alargando a margem de restrições da contratação colectiva a nível da duração. Além disso, garante compensações mesmo quando o contrato não é renovável. O PCP também tem uma série de

propostas destinadas a limitar as justificações para o uso dos contratos a prazo, que serão discutidas na segunda-feira.

Banco de horas e adaptabilidade

Uma outra proposta do Bloco de Esquerda também prevê o fim do banco de horas e da adaptabilidade por negociação individual, ou seja, dos mecanismos que flexibilizam horários por negociação directa. Já o PCP propõe a revogação total destas figuras mesmo quando são acordadas por contratação colectiva, incluindo no Estado. O Programa do Governo prevê o fim do banco de horas por negociação individual.